



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 8

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2004

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, reuniu, pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação do Senhor Presidente da CME sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
2. **Deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2005;**
3. **Deliberação sobre a proposta da CME referente ao Contrato-Promessa de Compra e Venda de 20 fogos na Praça das Coronheiras;**
4. **Deliberação sobre a proposta da CME que tem por objecto a venda à HABÉVORA – Gestão Habitacional, E.M., de um conjunto de bens imóveis, pelo valor de 9.370.362,84 euros, e a transferência para esta empresa de suprimentos no montante de igual valor;**
5. **Deliberação sobre a proposta da CME para criação da empresa pública municipal ÉVORA VIVA, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana;**
6. **Deliberação sobre uma alteração ao Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e Preços;**
7. **Designação de um cidadão de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança de Évora, nos termos da alínea j) do art.º 5º da lei n.º 33/98, de 18 de Julho.**

A Mesa esteve constituída por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores Fernanda Ramos, Miguel Lima, João Libório, Jorge Pinto, Clara Grácio e Carlos Reforço.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. Presidente recordou que estavam por aprovar os projectos de actas das reuniões de 30 de Abril, 5/7/8 de Junho e 25/28 de Setembro, todas deste ano.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

- N.º 3 DE 30 DE ABRIL DE 2004

Como ninguém se quis pronunciar acerca do documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor e três abstenções.

- N.º 4 DE 5,7 E 8 DE JUNHO DE 2004

O Sr. Raimundo Cabral proferiu os comentários que se passam a relatar: *“Segundo os meus apontamentos e se a memória não me falha, julgo que há falta de rigor na página 30, em relação às declarações do Dr. Rui Rosado, alusivas às questões do aterro sanitário, porque penso que, para além do que está escrito, ele manifestou preocupações sobre o seu suposto irregular funcionamento, podendo tratar-se, hoje, duma situação gravosa para o meio ambiente e para a saúde pública”*.

O Sr. Francisco Pândega propôs a seguinte alteração:

- **Pág. 7 – 5ª linha** – Substituir «**Falacara**» por «**Esfolacaras**».

O Sr. Andrade Santos expressou: *“Em complemento do que foi dito pelo meu camarada R. Cabral, eu tenho a afirmar que referi a intervenção do Dr. Rui Rosado dizendo que ele, como técnico de saúde, considerava que havia um grave risco para a saúde pública e que devíamos tomar aqui medidas e, portanto, qualquer iniciativa que o senhor implementasse eu a apoiaria e a subscreveria incondicionalmente. Também não aparece essa nota na acta. Ora, tratando-se dum alerta, quanto a questões de saúde pública, feito por um técnico do sector, parece-me estranho que estes dois aspectos sejam omitidos”*.

Depois, o Sr. Andrade Santos fez alusão ao último parágrafo da página 32, respeitante a uma sua alocução, reconhecendo-a como declarações suas mas não identificadora quanto à pessoa que a produziu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Face ao exposto, o Sr. Presidente consultou o documento e verificou que no final do 1º parágrafo da página 33 estava escrito «...,**frisou o Sr. Andrade Santos posteriormente.**» e chamou à atenção deste eleito para o facto.

Nesta conformidade, o Sr. Andrade Santos aceitou o reparo e acentuou que não era preciso proceder-se a qualquer modificação neste último pormenor.

Tendo em conta as posições atrás assumidas, o Sr. Presidente sugeriu que talvez fosse melhor que os serviços reouvisssem a gravação, no sentido de se corrigir o texto do projecto de acta, ficando este por aprovar até à próxima sessão. Colocado este alvitre à consideração do plenário, ninguém se mostrou contrário a ele.

- N.º 5 DE 25 E 28 DE SETEMBRO DE 2004

Perante a inexistência de inscrições para uso da palavra, o Sr. Presidente pôs o documento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções.

Continuando com os trabalhos, o Sr. Presidente sugeriu a seguinte calendarização das sessões ordinárias para o ano de 2005: **26 de Fevereiro, 23 de Abril, 4 de Junho e 17 de Setembro**. O colectivo aceitou plenamente o alvitre formulado.

Posto isto, o Sr. Presidente deu a conhecer que a Mesa tomara a iniciativa de redigir um **Voto de Agradecimento** e um **Voto de Protesto**, que tinham a ver com a audição levada a cabo no passado dia 3 do corrente sobre o funcionamento do aterro, explicando o procedimento nos termos que se passam a relatar: *“Na sequência do mandato que a Assembleia me cometeu, eu falei com cada um dos responsáveis das cinco entidades a quem entendemos convidar (o Sr. Reitor da UE, os Srs. Presidentes da CCDRA, da AMDE e do Conselho de Administração da GESAMB e a Sra. Presidente da ARS), os quais manifestaram vontade em fazerem-se representar ao mais alto nível, tendo-se depois constatado, na sessão, que apenas compareceram elementos das primeiras quatro instituições, sem que a ARS tenha tido a amabilidade de enviar uma justificação, limitando-se a expedir um fax a esclarecer o que é um aterro sanitário. Portanto, eu acho que este último organismo teve uma atitude desrespeitosa para connosco, sendo que os demais tiveram um comportamento digno de louvar e de agradecer, merecendo os referidos actos uma tomada de posição da nossa parte, segundo o pensamento da Mesa. Assim, passo a ler-vos o texto do **Voto de Agradecimento**: «A AME deliberou realizar uma audição pública sobre a problemática do funcionamento do Aterro Intermunicipal de Resíduos Urbanos de Évora, tendo convidado, para o efeito, várias entidades com responsabilidades directas e indirectas na matéria, a fim de que fosse possível recolher informações úteis e objectivas para o esclarecimento dos deputados municipais e da opinião pública. Das cinco entidades convidadas, quatro (a U. E., a CCDR, a AMDE e a GESAMB) fizeram-se representar condignamente e propiciaram esclarecimentos de grande utilidade e de elevada qualidade técnica e científica, pelo que a AME louva e agradece o seu empenhamento de colaboração sincera com a comunidade onde estão inseridas e servem». Por*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

outro lado, o **Voto de Protesto** diz: «A AME lamenta profundamente que a ARS do Alentejo , contrariamente ao seu dever de servir, cooperar e tranquilizar a comunidade onde está inserida, tenha revelado o procedimento eticamente reprovável perante a AME, ao não ter honrado, sem sequer ter tido a delicadeza de o justificar, o compromisso que tinha assumido de colaborar no esclarecimento da opinião pública através da audição promovida pela AME sobre a problemática do funcionamento do Aterro Intermunicipal de Resíduos Urbanos de Évora. A questão da saúde pública foi a única questão relevante, na problemática em análise, que não pode ser questionada, o que só pode contribuir para que, sobre a actuação da ARS nesta matéria, tão sensível para a opinião pública, possam subsistir dúvidas e perplexidades»”.

Face ao exposto, o Sr. Jorge Lourido comentou: “Concordando, no geral, com o teor do segundo documento, não retiro, porém, as conclusões que nele são assinaladas. Penso mesmo que em relação às questões de saúde pública, as informações prestadas foram suficientemente fundamentadas, com exemplos concretos, não existindo qualquer perigo. Acho importante que se faça uma chamada de atenção à não presença dessa entidade, mas o resto julgo que não se torna necessário, dado que não fiquei com qualquer espécie de dúvidas e creio que à maior parte das pessoas que participaram na sessão de 3 de Dezembro/04 aconteceu o mesmo”.

Depois falou a Sra. D. M.^a Augusta Pereira, afirmando: “Eu tentei saber os motivos disso ter sucedido e o que me foi dito foi que o engenheiro designado para tomar parte na reunião teve que se ausentar urgentemente. De qualquer maneira, entendo que devia ser dada uma explicação à Assembleia Municipal da falta de alguém que vinculasse as razões da ARS. Apesar de tudo, pelo texto que foi enviado, também não me restou muitas incertezas de que não haveria perigo para a saúde pública”.

“Se não estou enganado, percebi que a ARS não tinha mandado alguém mas tinha remetido um fax a explicar o que é um aterro. Se foi isto que aconteceu, eu gostava de ficar ao corrente do conteúdo do documento”, expressou seguidamente o Sr. João Valverde.

Perante o explanado, o Sr. Presidente retorquiu: “O fax foi lido lá na audição, mas pode ser aqui facultado. De qualquer modo, foi uma resposta, do meu ponto de vista, bastante evasiva e na proposta que apresentamos apenas dizemos que foi a única entidade que não pôde ser questionada”.

Logo após, o Sr. Bravo Nico exprimiu: “Eu acho que é fundamental que, não tendo sido dada explicação para a ausência dessa instituição, nós possamos aprovar um texto que refira explicitamente esse facto e que faça com que a Administração Regional de Saúde entenda que deveria ter estado”.

Interveio de imediato o Sr. Andrade Santos, declarando: “Em relação a esse tópico, eu penso que deveríamos reduzir o incidente à sua proporção exacta, ou seja, lamentar a ausência de quem deveria ter estado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para além disso, eu gostaria de sublinhar que a audição permitiu passar em revista todos os mecanismos que foram aplicados quer na implantação quer na concepção de gestão e organização da monitoragem e fiscalização do aterro, pelo que apoio a primeira moção apresentada. De facto, na sessão ficou claro, para todos os presentes, que os mecanismos de implantação, gestão e fiscalização do aterro se estão a fazer de acordo com as regras da arte e com a legislação existente, dando a nós, eleitos, e também, indirectamente, à população, razões para confiar nas garantias de segurança, compatíveis com a situação actual dos nossos conhecimentos técnico-científicos nessa matéria”.

Por sua vez, o Sr. Celino Silva argumentou: *“Queria só lembrar à Assembleia que no relatório que nós tomámos conhecimento, datado de 30 de Junho/04, resultante duma inspecção conjunta de várias entidades, a Administração Regional de Saúde não coloca qualquer problema relacionado com a saúde pública. Aliás, só levanta uma única questão: a captação de água de apoio ao próprio aterro. Assim, entendo que não seria de deixar no ar, pelo facto de a mesma não ter lá estado, que as matérias da saúde pública não foram tratadas”.*

“No que concerne ao Voto de Congratulação, não me parece que haja qualquer objecção, até porque tudo aquilo que o Sr. Andrade Santos afirmou está aqui dito, embora por outras palavras.

O que se põe dúvidas é no que se refere à parte final do Voto de Protesto, pelo que eu proporia que se suprimisse a dita”, proferiu adiante o Sr. Presidente.

Voltando ao uso da palavra, o Sr. Jorge Lourido salientou: *“Eu acho que mesmo assim o documento não retrata aquilo que foi desenvolvido naquela assembleia. É que do ponto de vista da saúde pública, há um conjunto de indicadores em relação aos quais nos foram fornecidas informações mais que suficientes e, portanto, a questão que continua subjacente à construção desse texto não corresponde aos esclarecimentos que nós obtivemos. Naturalmente que.....”.*

O Sr. Presidente interrompeu o discurso do Sr. J. Lourido, observando: *“Peço desculpa, mas nós não estamos a debater isso. Estamos a discutir exclusivamente a falta desta entidade, isto é, estamos apenas a questionar se é verdade ou mentira que a único organismo que não pôde ser confrontada foi a ARS”.*

Então, o Sr. Jorge Lourido acrescentou: *“Mas isso sim, só que eu penso que o último parágrafo que aí está não deveria constar”.*

Perante o explanado, o Sr. Presidente leu o documento outra vez, acabando por admitir que o orador antecedente tinha razão. Nesta conformidade, sugeriu que o último parágrafo ficasse escrito da seguinte forma: **«A ARS foi, assim, a única entidade relevante que não pôde ser questionada».**

Verificando que esta nova redacção mereceu razoável consenso por parte do plenário, o Sr. Presidente entendeu colocar ambos os documentos à votação, em separado, os quais foram aprovados por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Posto isto, o Sr. Presidente revelou que entrara na Mesa um voto de pesar e duas moções, sendo o primeiro alusivo ao falecimento do esposo da deputada municipal Sra. D. **Maria Helena Quintas Zuber**, não deixando de anunciar que já lhe telefonara a expressar sentidas condolências, em seu nome e da Assembleia.

Sobre este triste acontecimento, o Sr. Jorge Lourido enunciou: *“Entendo que a Assembleia, enquanto Órgão colectivo e representativo do concelho, em face de situações angustiantes como esta, deve ter um gesto na dor daqueles que afectam directamente os nossos colegas. É neste sentido que este Voto de Pesar é apresentado, tendo, naturalmente, em referência três aspectos que me parecem importantes, porque o documento reconhece a actuação de **Urs Zuber** enquanto investigador, a sua natureza de cidadão do mundo, do ponto de vista cultural, e por ter escolhido Évora para viver. Penso que a Mesa deveria entregar uma cópia deste documento à família do falecido”*.

“Naturalmente que a Mesa se associa ao Voto e fará chegá-lo à nossa colega”, comentou o Sr. Presidente depois.

Não querendo mais alguém pronunciar-se acerca do documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Passando-se à discussão das moções entradas na Mesa, o Sr. Presidente solicitou ao 1º subscritor do documento numerado com o algarismo 4, que tem como título «**MOÇÃO SOBRE A POLÍTICA ACTUAL**», que o lesse.

O Sr. Jorge Lourido leu o documento na globalidade, do qual se destaca os seguintes trechos: «Considerando que a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas é inseparável da luta e da resistência à política de direita, posta em prática pelos governos de maioria PSD/CDS;

Considerando que essa luta, pela defesa de direitos, serviços e justiça social, envolveu vastíssimos sectores da população – trabalhadores dos diferentes sectores de actividade, mulheres, jovens, reformados, desempregados, utentes dos serviços públicos, micro, pequenos e médios empresários e agricultores – foi elemento decisivo para o isolamento dos governos de direita PSD/CDS;

Considerando que o progressivo isolamento do governo foi potencializado por uma governação desastrosa e incompetente, marcada por escândalos sucessivos, incoerências, instabilidade interna e descrédito internacional.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 18 de Dezembro de 2004, nos Paços do Concelho, decide:

- Encarar o próximo acto eleitoral como uma oportunidade para a nova Assembleia da República e o novo executivo dela emanado adopte políticas que:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Ponham fim ao estrangulamento financeiro das autarquias, nomeadamente através de transferências transparentes, que permitam fazer face aos encargos derivados das novas competências e para combater os desequilíbrios entre o litoral e o interior;
- Combatam o desemprego, nomeadamente através do fomento da actividade produtiva;
- Adoptem uma política fiscal assente na justiça social e de combate à fraude e evasão;
- Revoguem o famigerado Código do Trabalho, do seráfico Bagão Félix».

O documento fica apenso a esta acta, dela fazendo parte.

“Nós concordamos quase integralmente com o texto desta moção, apenas sugerimos que seja retirado o adjectivo «seráfico» ao Sr. Ministro das Finanças”, pronunciou o Sr. Bravo Nico

Posteriormente, o Sr. Palma Rita declarou: *“Penso que no dia de hoje, em que ocorrem festas de Natal dos nossos filhos, conjugues, serviços, etc., é incompreensível que estejamos a perder tempo com estas moções no PAOD, mais ainda quando são documentos genéricos que são autênticos programas eleitorais, sendo de realçar que nesse documento se diz que «**o próximo governo adopte uma política fiscal assente na justiça social e de combate à fraude e evasão**», vindo duma bancada que pertence a um partido que votou contra o OGE, apresentado este ano, que preconizava, claramente, o aprofundamento do combate à fraude e evasão fiscal.*

*Mais à frente escreve-se «**Revoguem o famigerado Código do Trabalho, do seráfico Bagão Félix**». Mas o que é isto? Sinceramente, não tenho palavras....”!*

Face ao exposto, o Sr. Jorge Lourido asseverou: *“Concordamos com a proposta da bancada do PS de se retirar o «seráfico».*

No que toca ao apontamento do Sr. P. Rita, não são tão gerais como isso e no que respeita às questões da política fiscal, posso adiantar que o PCP e o PEV, no âmbito da Assembleia da República, votaram favoravelmente essas medidas, apesar de terem votado contra o OGE”.

Entretanto, o Sr. Presidente inquiriu à bancada da CDU se se podia acrescentar na frase o termo «**Ministro**», para não ficar só «**Bagão Félix**», cuja força política concordou com a opção.

Tendo presente esta modificação, o Sr. Presidente pôs à votação a moção em causa, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, do PS e da CDU, dois votos contra do PSD e seis abstenções do PS.

Transitou-se de imediato para a outra moção, numerada com o algarismo 5, sem título, cuja 1ª signatária foi convidada pelo Sr. Presidente para a descrever.

A Sra. D. M.^a Helena Costa actuou em conformidade, sendo a parte inicial do documento o que se passa a relatar: «No passado dia 15 de Dezembro, os trabalhadores da Tyco Electronics estiveram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

em luta para exigirem a anulação dos processos disciplinares instaurados a cinco delegados sindicais do SIESI e em protesto contra um clima de repressão e de terror que a administração instalou na empresa.

O clima laboral na Tyco (antiga Siemens de Évora) tem registado um rápido agravamento, como consequência da acção repressiva de um dos seus administradores, que limita os trabalhadores de irem à casa de banho, comer uma sandes, mandou instalar câmaras de vigilância por toda a fábrica, já instaurou, este ano, dezenas de processos disciplinares, incluindo a trabalhadoras grávidas, injustifica, ilegalmente, as ausências para prestação de assistência aos filhos, retira direitos aos portadores de deficiência, impõe normas de conduta que violam a Constituição da República Portuguesa.....». Fica o documento anexo a esta acta, a ela ficando a pertencer.

A este propósito, o Sr. António Serrano asseverou: *“Nós temos que ter muito cuidado com o tipo de moções que aprovamos aqui, quando envolvem questões específicas e técnicas, porque ou temos evidência clara delas, ou então não nos podemos associar a elas, até porque nos responsabiliza. Vou dar-vos um exemplo: aprovámos, na última assembleia, uma moção apresentada pelo PSD, congratulando-se pelo facto do Estado ter financiado um investimento na Tyco, pela criação de 50 postos de trabalho. Ora, isso não aconteceu na realidade, uma vez que o Governo anunciou, em Agosto/04, a sua intenção e enviou para a empresa uma proposta que resultava de um processo negocial que se vinha a arrastar há algum tempo, a qual não foi aceite pela Tyco, porque violava os pressupostos do mesmo. Eu acho que a AME, para votar este tipo de matérias, ou tem acesso a elementos técnicos, com evidência, que nos descensem e tranquilizem, ou então não podemos votar. Esta proposta, que, na sua génese, eu até poderia subscrever aquilo que está por trás dela, aponta questões muito particulares que eu acho que uma assembleia não pode votar. Eu penso que os interesses dos trabalhadores devem ser sempre salvaguardados e defendidos e eu estou do seu lado sem qualquer esforço, mas essa defesa deve ser efectuada num clima de urbanidade, de responsabilidade de todos os envolvidos, utilizando instrumentos adequados de negociação e de pressão, junto de quem esta deve ser exercida, sendo bom não esquecer que também temos deveres e responsabilidades. Não podemos ignorar e temos que contextualizar esta problemática num clima de dificuldade grande, que existe em termos nacionais e internacionais e que pode levar a que certos investimentos se desloquem para outras regiões. Entendo que Portugal tem descurado o desenvolvimento de uma cultura de trabalho, vendo-se os índices de produtividade a baixar de dia para dia e o absentismo de faltas injustificadas generalizar-se por muitas empresas e eu gostaria também de ouvir vozes a defender essas questões, por estar em causa o progresso económico do nosso país e das nossas empresas. Aquilo que vos quero transmitir é: nós temos que equacionar estes assuntos, que são muito complexos e envolvem relações laborais que se diferenciam da forma como elas decorriam há 20/30 anos. O problema hoje é outro, é mais grave, pelo que temos que ser equilibrados e justos nesta luta, sendo um bom exemplo disso o que aconteceu na Auto Europa. As empresas não são hoje apenas dos proprietários e dos accionistas, na medida em que também são dos trabalhadores, do Estado que financia, dos fornecedores, dos clientes, da banca que financia, etc.. Portanto, não podemos pensar que dum lado está o «lobo mau» e dos outros estão os cordeiros e o contrário também não é verdade. A proposta como aí está eu nunca a aprovarei”*.

Contraponto às teses explanados pelo orador anterior, o Sr. Baltazar Damas opinou: *“Com todo o respeito que me merece o meu camarada do PS, às tantas fiquei com a impressão que o Prof. Serrano era patrão dalguma empresa. Discordo absolutamente com aquilo que afirmou e estou*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

totalmente solidário com a moção em apreço, porque aquilo que se passa na Tyco nunca aconteceu no tempo da Siemens. Hoje a situação está mais grave e aglutinante, vive-se um clima de insegurança, de suspeição, de repressão, de autoritarismo e prepotência por parte de quem gere actualmente a fábrica. Chegou-se ao ponto de terem sido colocadas câmaras de vídeo nas instalações sanitárias, mas, devido à pressão das entidades e da Comissão Intersindical, já foram retiradas das ditas. Contudo, elas ainda existem no refeitório e nos locais onde é permitido fumar, o que é contrário à lei. Tudo isto traz problemas às famílias e às crianças, que se reflectem na escola, sendo que nós, Presidentes de Junta, sofremos depois a sequência daquilo que é a vivência difícil delas. Eu acho que este tipo de moção ainda é muito levezinha para o meu gosto e para aquilo que merecem os responsáveis da Tyco. Esta é uma situação com que não devemos pactuar e, do ponto de vista funcional, penso que devíamos aprovar um voto de repúdio por este tipo de atitude. Isto significa que sou a favor da proposta da M.^a Helena”.

“O António Serrano colocou muito bem a questão e eu entendo que devemos ter o máximo cuidado com esta moção. É claro que a defesa dos trabalhadores deve ser feita, mas deve sê-lo dentro de alguma moderação, principalmente num momento em que estão em andamento processos de negociação de instalação de outras multinacionais no concelho de Évora, que podem criar várias centenas de postos de trabalho. A defesa dos funcionários não deve ser efectuada ao limite de os levar ao desemprego e o nosso colega Serrano colocou claramente a questão de se saber quem é que tem razão nisto. A informação que os sindicatos têm é uma, mas a que eu tenho é diferente, porque as câmaras de vigilância podem ter sido instaladas por alguns comportamentos que sucederam por parte dos trabalhadores ou de alguns dirigentes sindicais. De facto, a versão da administração é contrária e nós aqui não possuímos dados para sabermos quem é que tem razão. Além do mais, há aqui uma coisa com que eu não posso concordar: a citação de nomes. Desculpem, mas isso não se faz! Então esse administrador não é alentejano? Esse gestor é desta cidade e vocês colocaram o seu nome nos jornais. Um administrador é um elemento de um conselho de administração e por acaso julgarão que o mesmo segue uma política única e não a de toda uma empresa multinacional? Não me parece! Acham que mudando esse gestor que a política muda dentro da fábrica? Não se altera! Porque é que os membros dos conselhos de administração, que têm a seu cargo a gestão dos recursos humanos nas multinacionais, são, geralmente, portugueses? Porque é, claramente, a área de maior conflitualidade. Eu não estou a querer que os sindicatos abdicuem do seu papel de defesa dos direitos dos funcionários, mas penso que deverão ter alguma contextualização dessa luta que não extravase e se amplie demasiado e que não prejudique todo um concelho. E digo-vos uma coisa: vocês ainda não sabem o que é desemprego a sério em Évora, conforme está a ocorrer no norte do país. Eu não estou a defender as multinacionais, somente alguma contenção para não darmos a ideia que temos aqui um exército armado contra elas”, expressou posteriormente o Sr. Palma Rita.

Logo após, interveio o Sr. Bravo Nico, afirmando: *“Do ponto de vista formal, não há qualquer evidência, que nos tivesse chegado quer através dos representantes dos trabalhadores quer através de algum sindicato, que nos municie que existe, na realidade, um problema. Eu não sei, sinceramente, se há ou não uma câmara de filmar. Acredito que sim, mas não posso, em consciência, tomar uma decisão com base nos testemunhos aqui explanados.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em reforço desta minha perspectiva, já aconteceram, neste espaço, situações no passado que podem ter alguma equivalência com esta e em que houve participação oficial à AME. Vou só recordar-vos 3 casos:

1º - O da Associação de Estudantes da Universidade de Évora que, através do seu Presidente, disponibilizou documentação e em face dessa informação oficial este Órgão tomou as providências que entendeu por bem e deu o seu contributo para o esclarecimento da situação e para a sua eventual resolução;

2º - O do cidadão Eike Flebbe, do CEAI, que também esteve aqui e que nos falou sobre questões relativas ao aterro;

3º - O de um grupo de cidadãos, que testemunharam perante esta Assembleia acerca do ruído produzido numa zona da cidade.

Partilho das preocupações que os colegas Helena Costa e Baltazar Damas aqui expressaram, mas de facto, em consciência, eu não tenho conhecimento oficial da situação, na qualidade de deputado municipal. Para concluir, acho que há neste assunto quatro valores fundamentais:

1º - O direito dos trabalhadores ao seu emprego e de verem garantido o exercício profissional dentro da empresa;

2º - O valor do desenvolvimento, porque esta fábrica é, talvez, a peça mais importante para o progresso do concelho de Évora;

3º - O investimento, pormenor essencial para a nossa cidade;

4º - A responsabilidade desta Assembleia para deliberar acerca duma coisa de que não tem conhecimento oficial.

Na defesa destes 4 valores, considero que não estou em condições de votar favoravelmente a moção da colega Helena Costa”.

Perante o desenrolar do debate, o Sr. Presidente acentuou: “*Eu compreendo a dupla perspectiva em que a questão foi aqui colocada, porque se, por um lado, os problemas não existissem eles, certamente, não nasceriam duma geração espontânea e, por outro, constato que sendo este um documento perfeitamente normal de ser apresentado por uma organização sindical, é uma moção absolutamente imprópria para ser votada numa assembleia municipal, só que penso que é um problema que existe e não podemos, com o argumento de combater a deslocalização, de aceitar «dobrar a espinha» perante tudo aquilo que se pretenda fazer para ter ganhos de produtividade e ter lucros a todo o custo. Assim, o que eu sugiro é que o plenário não vote a moção e mandate a Mesa para, formalmente, contactar as organizações sindicais e a administração da Tyco e solicitar informações”.*

Respondendo à proposta do Sr. Presidente, o Sr. Jorge Lourido exprimiu: “*Nós entendemos que, independentemente de outro tipo de iniciativas que a Assembleia venha a tomar, que esta moção, ao contrário do parecer do Sr. Presidente, não é um documento de natureza sindicalista e tem todo o cabimento vir a este Órgão. Nesse sentido, pensamos que ela deverá ser colocada à votação. Elucidado que quando nós trazemos isto é porque temos informações seguras sobre estes problemas, as quais não são menos verdadeiras do que aquelas que foram aqui transmitidas pelo público”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Tendo-se chegado ao limite do tempo destinado ao PAOD, o Sr. Presidente pôs à votação o seu prolongamento, recusando o colectivo essa possibilidade.

Nesta conformidade, o Sr. Presidente comunicou que o assunto será retomado na próxima sessão.

Posteriormente, o Sr. Presidente efectuou a chamada, verificando-se as seguintes presenças: Luís Capoulas Santos, Acácio Alferes, Carmen Balesteros, Mafalda Troncho, Raimundo Cabral, José Palma Rita, Agostinho Asper Banha (em substituição de Rui Rosado), José Russo, Francisco Pândega (no lugar de José Cardoso), Jorge Lourido, António Serrano, Celino Silva, José António Nascimento (em vez de Rui Grilo), Maria Augusta Pereira, João Andrade Santos, Luís Carmelo, M.^a Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro, António Ramos, Luís Pasadas, M.^a Helena T. da Silva, José Mateus, Baltazar Damas, Luis Orvalho (em substituição de M.^a Luísa Baião), António Branco Filipe (no lugar de Vitor Santos), Estevão Bicho, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Russo, José Bravo Nico, Jerónimo Custódio Coelho (em vez de M.^a Gabriela Silva, José Calado e Joaquim Frango (em substituição de João Rodrigues).

Faltaram os(as) Senhores(as): M.^a Helena Zuber, Isidro Lobo e Jerónimo Mendes.

Depois deste acto, o Sr. Presidente noticiou que o Sr. 1.º Secretário se iria ausentar, devido a afazeres profissionais, pelo que solicitou à bancada da CDU que indicasse um substituto, cuja força política propôs a propôs a Sra. D. M.^a Helena Costa para o cargo. Colocado o nome da citada autarca à consideração do colectivo, registou-se uma votação por unanimidade.

Seguiu-se um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos, iniciou-se a discussão dos pontos da Ordem do Dia.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA C.M.E. SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. Presidente da Câmara informou o plenário acerca das acções desenvolvidas pela edilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro/04, realçando especialmente:

- A **recepção ao professor**, em cujo acto se deu as boas vindas aos docentes que iniciam o seu trabalho no concelho de Évora e se prestou homenagem a todos aqueles que este ano atingiram a idade da reforma;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A comemoração do **Mês do Idoso**, numa parceria com as juntas de freguesia, onde se desenvolve um conjunto de iniciativas que animam e assinalam o evento com muito interesse;
- A atribuição de uma série de apoios e subsídios às associações e agentes sociais juvenis do concelho, tendo sido contemplados cerca de 60 representantes dos mesmos, que representaram, no total, a verba de 100.000 euros, que beneficiaram 20 colectividades de idosos, 9 agremiações de deficientes, 24 de diversas áreas, 10 associações de estudantes, 7 agrupamentos de escuteiros e 7 sociedades de jovens;
- A realização do **1.º Encontro Nacional da Malha** e respectiva 12ª Festa Distrital, em parceria com a AMDE, em cujos eventos participaram mais de 1.200 praticantes;
- A comemoração, no dia 25 de Novembro, do 18º aniversário da elevação de Évora a Cidade Património da Humanidade, por parte da UNESCO, constando do programa o lançamento duma moeda de colecção em prata e a inauguração da 1ª fase das obras do Pólis;
- A efectuação do 18º Festival de Teatro de Amadores de Évora, numa parceria com a S.O.I.R. Joaquim António d'Aguiar, com a Direcção Regional do Ministério da Cultura, com a Fundação Eugénio de Almeida e com o CENDREV;
- A realização da 5ª edição do Encontro Anual de Arte Jovem, no qual estiveram presentes 19 países da Ásia, da América do Sul e da Europa, onde foram expostos 1802 trabalhos em representação de 69 escolas de arte;
- A conclusão do festival **Percursos**, que se desenrolou durante 2 anos em 4 cidades (Coimbra, Évora, Lisboa e Viseu), que teve o suporte de organização do Centro Cultural de Belém, tendo os seus espectáculos merecido um aplauso unânime por parte da crítica e o reconhecimento da qualidade que os mesmos tiveram;
- A efectuação do **FIKE/04 – Festival Internacional de Curtas Metragens de Évora** -, que teve, talvez, o seu ano de maior dimensão, em termos de número de filmes exibidos (perto de 180), no qual estiveram representados cerca de 70 países.

Com respeito às obras, deu a conhecer que se concluiu a empreitada da 1ª fase do Pólis, que ultrapassou os 2.000.000 euros de investimento, estando já a ser lançado o concurso para a primeira parte da 2ª fase, que irá permitir continuar com o arranjo do espaço exterior às muralhas, entre a Porta de Alconchel e a Porta da Lagoa.

Procedeu-se à beneficiação da estrada entre Torre de Coelheiros e a EN18 (estrada de Reguengos), sendo uma necessidade que a população da referida terra há muito reivindicava, e foram alargadas duas ponte no caminho municipal n.º 1088 (Canaviais), reforçando a segurança do mesmo.

A seguir, fez saber que foram realizadas outras pequenas obras, tais como: a construção da Praceta das Fontanas, que ascendeu aos 56.842 euros, a conservação na avenida de circunvalação, entre a Porta de Machede e a Porta da Lagoa, no valor de 72.728 euros, a conclusão do parque infantil de S. José da Ponte, no montante de 63.000 euros, e a recuperação da igreja de Guadalupe.

Para terminar e no âmbito das relações internacionais, noticiou a assinatura, em Chartres, do protocolo de gemação entre esta cidade e Évora, que possibilitará o reforço das relações de cooperação a nível cultural e comercial.

Interveio de imediato o Sr. Acácio Alferes, sublinhando: “*Queria só destacar duas coisas:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

1ª - O alargamento de 2 pontões quando se vai para os Canaviais, que era uma obra desejada há dezenas de anos por bastantes habitantes daquele bairro, onde morreram algumas pessoas;

2ª - Diz aqui, na pág. 8, «conclusão da conduta e da Estação Elevatória da ETA do Monte Novo». Todos sabemos que a capacidade de produção, tratamento e transporte de água com as infra-estruturas existentes era altamente insuficiente para as necessidades deste concelho. Havia que fazer algo e foi, no fundo, a coragem política e o discernimento da Câmara que permitiu avançar para uma solução que permitirá salvar Évora duma verdadeira catástrofe no próximo Verão”.

Por sua vez, o Sr. Estevão Bicho acentuou: “Em primeiro lugar, queria saudar o alargamento das 2 pontes que servem a Freguesia de Canaviais. De facto, há já algumas dezenas de anos que a respectiva população e Junta vinham solicitando o arranjo das mesmas e é de lamentar que ali tenham ocorrido vários acidentes, em que, nalguns casos, houve perda de vidas humanas. Não pretendo fazer um aproveitamento político-partidário desta situação, mas tenho que lembrar que foram orçamentados, para beneficiação das citadas estruturas, 5.000 euros em 2002, 25.000 euros em 2003, e 50.000 euros em 2004, tendo a Junta, neste último ano, levantado a questão de que aquilo não era um alargamento mas apenas uma limpeza. Só depois desta observação é que se procedeu, e bem, à ampliação das ditas. Espero que a ponte do Pio, e outras, sejam também objecto de igual tratamento.

Noutro domínio, verifiquei que, no passado dia 1 de Novembro, as campas do Cemitério do Espinheiro deixaram de ter relva, as quais creio que foram passadas a química, pelo que eu pergunto se vai ser autorizada a colocação de lajes. Para além deste pormenor, também reparei que existiam bastantes pedras soltas nas ruas, ocasionado que as pessoas idosas sentissem dificuldade em se deslocarem.

Sobre a Festa da Malha, eu fui assistir e certifiquei, com alguma mágoa, a pouca participação dos organismos associativos do concelho. Não sei se terá havido, eventualmente, pouco interesse por parte dos mesmos, ou se terá sucedido falta de planeamento e informação para que eles pudessem participar mais activamente no evento”.

“Quem conhece a situação financeira da Câmara e o garrote a que ela tem tido sujeita nestes últimos anos e vê o volume de obras que têm sido realizadas, é de ficar admirado. Este Relatório faz alusão aos trabalhos efectuados à superfície, sendo bom não esquecer que, em muitos casos, houve necessidade de melhorar as condições ao nível do subsolo. Por exemplo, entre a Porta do Raimundo e a Porta de Alconchel foi introduzida uma conduta de esgotos nova que deve ter custado tanto como o ajardinamento junto à muralha.

Relativamente às freguesias rurais, têm sido executados projectos que a maioria das pessoas desconhecem e só quem lá passa é que se apercebe. Acho que a conclusão da conduta da água e da Estação de Tratamento do Monte Novo é uma obra extremamente importante para a cidade, mas não se vê, porque que está enterrada.

No Bairro do Bacelo foram substituídos alguns esgotos que estavam degradados.

Foi arranjada a estrada entre Vendinha e Montoito e só quem lá mora é que sabe. As estradas do Sr. dos Aflitos e de Torre de Coelheiros também foram consertadas, cujos trabalhos eram aguardados há muito tempo pelas populações e só agora, com este Executivo, é que isso foi possível. Penso que a Vereação está de parabéns pela maneira com tem conduzido os destinos da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

autarquia e como tem gerido o pouco dinheiro disponível”, sustentou posteriormente o Sr. José Mateus.

Logo após, o Sr. Andrade Santos inquiriu e declarou: “Diz-se aqui, na pág. 30, na parte do Lançamento e acompanhamento de obras, **«remoção dos cabos aéreos na Rua Elias Garcia e Largo Camões, Alcárcova de Baixo e Miguel Bombarda»**, pelo que eu gostava de saber qual é o enquadramento disto, se é do programa PROCOM ou do Pólis, e como é que vai, eventualmente, ser continuado?

Em segundo lugar, afigura-se-me que a última visita que este Órgão fez às obras municipais foi há cerca de 10/11 meses e penso que seria oportuno voltarmos ao terreno para vermos como as coisas estão. Portanto, proponho uma nova visita às obras da edilidade e parece-me que também seria conveniente uma outra às piscinas camarárias e aos seus sistemas de funcionamento e apoio”.

O Sr Celino Silva asseverou: “Relativamente ao tema que o Acácio Alferes sublinhou, da coragem política do Executivo referente ao reforço de abastecimento de água, eu também acho que sim, mas nós sabemos que isso era uma questão fatal para qualquer administração municipal, tendo em conta as necessidades do concelho. Agora o que me preocupa, no que toca a essa matéria, é a entrada da Câmara na empresa Águas do Centro Alentejo e o reflexo que isso pode ter, no futuro, no custo da água.

Outra expressão que eu ouvi foi «só agora a edilidade teve coragem de fazer isto ou aquilo», só que eu diria que há sempre coisas que estão em todo o tempo por fazer, não se podendo escamotear trabalhos que foram realizados no passado para aproveitamento político, como, por exemplo, um comunicado da autarquia dizendo que durante quase três décadas apenas se arrecadou as receitas da água e não se fez investimentos na área do saneamento básico. Isto não se pode afirmar, porque ao longo dessas duas décadas e meia executaram-se coisa que não estavam à vista, mas que foram investimentos de muitos milhares de contos, que permitiram as melhores condições de vida às populações dos bairros, da urbe e das freguesias. Vou só enumerar alguns casos:

- Construção de todo o sistema de abastecimento de água a partir do Monte Novo, na década de 80;
- Edificação e ampliação das redes de águas e esgotos em 17 bairros e 9 freguesias rurais;
- Foram erigidas 10 ETAR's em aglomerados rurais, com mais de 100 habitantes, e a de Évora, que entrou em funcionamento em 1983, com capacidade para 50.000 residentes;
- Ampliação do sistema de transporte de água do Monte Novo a várias povoações.

Isto são pormenores que têm que ficar na memória dos responsáveis, sob pena de andarmos aqui a esgrimir opiniões e ideias que não fazem sentido”.

“Em primeiro lugar, queria recordar à Vereação que a colocação da vedação da Escola EBI de N.ª Sra. de Machede não está concluída, sendo que na passada terça-feira (ou quarta), quando lá foi o eleito da Câmara, andaram a pôr 50% da mesma à pressa e sem o preceito necessário. É bom não esquecer que estamos a falar em muros com declives de 2/3 metros de altura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em segundo lugar, também queria dizer que todos os anos vem no Orçamento e no Plano da Câmara o tema da iluminação e segundo sei em N.ª Sra. de Machede, para além dos pedidos que temos feito ao longo de 3 anos, ainda não houve colocação de mais qualquer lâmpada. Temos várias zonas às escuras e, como é do conhecimento geral, as crianças chegam já de noite à aldeia, pelo que eu gostaria que o assunto fosse resolvido.

O problema das bocas de incêndio e da torneiras de corte ainda continua por solucionar, embora tenha visto alguma disponibilidade por parte dos eleitos em me tranquilizar e de me manterem informado, mas o que é certo é que as poucas intervenções que foram efectuadas foram feitas aos fins-de-semana, o que causa grandes transtornos, porque são nesses períodos que as pessoas mais precisam da água. Apelo para que estas matérias sejam objecto de mais alguma atenção”, pronunciou seguidamente o Sr. José Piteira.

Por seu turno, o Sr. Jorge Lourido observou: *“Em relação ao discurso do nosso colega Alferes, quero esclarecer que a adutora já estava prevista ser feita anteriormente e se a obra não avançou deveu-se, essencialmente, à não adopção, por parte das instituições responsáveis, dum modelo de gestão do abastecimento de água à cidade.*

Paralelamente, penso que a barragem do Divor não deve ser preterida e deve estar sempre preparada para um futuro abastecimento, em situações de calamidade e em alternativa ao Monte Novo.

Acerca do apontamento do J. Mateus, nós dizermos que hoje se faz isto e aquilo e que anteriormente não era assim, é um profundo desconhecimento, na medida em que todos sabemos o conjunto de acções que foram sendo realizadas aos longo de todos estes anos, a vários níveis. Eu percebo que a bancada do PS faça o elogio ao actual Executivo, mas entendo que não se pode olvidar tudo o que foi executado no passado”.

Contrariando algumas teses expostas pela bancada da CDU, o Sr. Bravo Nico enunciou: *“Houve, de facto, um reforço no provimento de água a S. Miguel de Machede nas últimas duas décadas, só que, por exemplo, nas Courelas da Toura, onde vivem mais de 150 pessoas, nunca existiu água canalizada, bem como nas Courelas das Mascarenhas, onde residem mais de 200 munícipes, cujas obras estavam previstas e nunca se fizeram. A estrada de Torre de Coelheiros esteve sempre projectada e só agora se construiu. O precioso líquido que corria nas torneiras há uns anos atrás, em Évora, era sempre problemático de beber, quer quanto à observação quer quanto ao sabor, e hoje estamos tranquilos nesse aspecto”.*

Voltando ao uso da palavra, o Sr. Acácio Alferes proclamou: *“Dado que o meu amigo Celino disse que qualquer Câmara teria que, necessariamente, construir a conduta, é evidente que sim, mas eu lembro-lhe que em 1977 foi feito um estudo que indicava para que a capacidade de tratamento e transporte de água do Monte Novo para a cidade não devia dar para mais de 20 anos, porque se previa que em 1997 os consumos num dia de Verão pudessem atingir o pico de 14.000 m³ e quando a capacidade teórica de transporte andava à volta dos 11.000/12.000 m³. Aliás, no acto da inauguração, levada a efeito no dia 17 de Outubro de 1982, foi referido pela edilidade, perante o Presidente da República, que era preciso encetar diligências no sentido de Évora começar a construir a conduta na primeira metade da década de 90.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Simultaneamente, é bom não esquecer que a exploração da água e dos esgotos deram lucro entre 1945 e 1973 e entre este ano e 1982 passaram a dar prejuízo. A partir de 1983, quando foi adoptada uma tabela homogénea para quase todo o distrito, registou-se novamente um saldo positivo no serviço de águas, atingindo-se uma margem de cerca de 875.000 cts no último mandato. É verdade que a CDU fez obras, mas no sector da água elas não tiveram grande impacto”.

“Aquela questão que eu mencionei passaste por cima dela como «cão por vinha vindimada», da Câmara referir que nos últimos 30 anos nada se realizou, e eu citei aqui uma quantidade de coisas que se fizeram. Portanto, isso não interessa porquê”? – retorquiu e interrogou prontamente o Sr. Celino Silva.

Então, o Sr. Presidente pediu que ambos os eleitos encerrassem o debate, uma vez que aquilo que estava feito se podia constatar, tanto nos locais onde as obras ocorreram, como através da própria documentação, concedendo depois a palavra ao Sr. Presidente da CME.

Prontificando-se a responder às interpelações formuladas, o Sr. Dr. José Ernesto elucidou: *“Acerca das pontes, falta arranjar ainda a do Pio, na estrada da Chainha, e mais duas sitas na Freguesia do Bacelo, cujas obras vão arrancar em 2005.*

No que se reporta ao Cemitério do Espinheiro, todos sabemos que nele existe um problema estrutural ao nível da qualidade dos solos, visto que a decomposição dos corpos é muito lenta e a causa mais fundamentada para esse efeito prende-se com a excessiva humidade a que os mesmos ficam submetidos. Há ainda a destacar que quem tratava a relva das campas eram os funcionários do Município, o que implicava que fosse preciso, devido à dimensão do espaço, um número elevado de jardineiros. Deste conjunto de constatações quais são as conclusões:

1º - Não há proibição alguma das pessoas tratarem as sepulturas, dentro de certas regras;

2º - Nunca foi posta qualquer química em cima das campas para queimar a relva;

3º - Os municípios que quiserem tratar das sepulturas dos seus antepassados têm toda a legitimidade para isso, mas fazem-no às suas custas.

Com respeito à Festa da Malha, é bom esclarecer que o que nós realizámos foi o 1º Encontro Nacional da Malha, tendo sido convidadas muitas organizações do país para o efeito, sendo que a designada Festa foi organizada em parceria com a AMDE, que trouxe a Évora muitas equipas do Alentejo. Eu tive ocasião de acompanhar os eventos e fiquei impressionado. Penso que são daquelas iniciativas em que merece apostar, não só pela prática da actividade, mas também pelo estímulo e pelo convívio que aquilo justifica.

Sobre as palavras proferidas pelo Sr. Andrade Santos, está em curso, ainda no âmbito do PROCOM, a proposta para se retirarem os cabos e está em execução a empreitada para ligação da nova rede às casas, só que faço notar que nem todos os fios vão ser recolhidos, porque há estruturas enterradas no solo que são de tal forma problemáticas, particularmente a existência de achados arqueológicos, que tornam extraordinariamente difícil enterrar novos tubos.

Quanto às visitas, nós estamos sempre disponíveis para isso, nomeadamente às piscinas municipais, as quais, como é do conhecimento público, têm 40 anos, pelo que as suas condições técnicas de construção e de manutenção alteraram-se profundamente. Hoje, aquele tipo de caleira é proibido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

dado que se chegou à conclusão que é mais eficaz o estilo de caleira finlandesa, como são, por exemplo, as piscinas de Montemor-o-Novo.

No que toca à intervenção do Sr. Celino, quero dizer-lhe que a CME ainda não começou a pagar a água que vai buscar ao Monte Novo, ou seja, para que a conduta, que aqui vem referida como estando acabada, entre em acção é necessário concluir o reforço da Estação de Tratamento e uma nova Estação Elevatória que está a ser construída no Monte Novo, o que deverá acontecer no próximo mês de Janeiro e pensa-se que só a partir dessa altura é que será obrigatório a autarquia passar a liquidá-la, mas não seremos só nós, serão todas as câmaras do país, mesmo as que entrarem no sistema intermunicipal. Na maioria dos concelhos de Portugal, as edilidades vendem aos munícipes a água que compram ao sistema (intermunicipal ou multimunicipal) no qual as mesmas estão integradas.

No que se refere às obras efectuadas à pressa em N.ª Sra. de Machede, Sr. Presidente as intervenções, como sabe, foram feitas durante os meses de Julho e Agosto e gastar perto de 90.000 cts em 2 meses não é fácil. Isto significa que ficaram prontas a maior parte das escolas, mas nalgumas falta completar alguns trabalhos. Por exemplo, as casas de banho ficaram todas em condições, bem como a renovação da energia eléctrica. Esperamos agora, nas férias de Natal, completar aquilo que falta acabar. Se fizermos uma avaliação global, o Sr. Presidente com certeza que me acompanha que há uma diferença significativamente melhor das condições de funcionamento das nossas escolas.

No contexto da iluminação pública, existe um contrato entre esta autarquia e a EDP e a partir do momento em que esta empresa foi privatizada, passou a ser uma má parceira, uma vez que não assume as responsabilidades contratualizadas, só que enquanto o supracitado estiver em vigor nós estamos submetidos a ele, possuindo o dito regras quanto à iluminação pública, aos custos e à responsabilidade da Câmara nestas matérias. Por exemplo, o Vereador João Libório foi ameaçado com prisão só por mudar lâmpadas no centro histórico. Todos os anos a CME contempla no seu Plano de Actividades o reforço da iluminação nas freguesias rurais, designadamente numa rua ou num lavadouro público, mas se for estender a rede já se torna mais complicado.

Para terminar e no que concerne à Barragem do Divor, contrariamente ao que se pensa, a utilização abusiva da água é uma questão cultural, pois que são as pessoas que têm baixos rendimentos e com um menor grau de conhecimentos que ainda não perceberam que a água, sendo um bem público, não pode ser desbaratada de qualquer forma. A água do Divor, enquanto estiver como está, só pode ser utilizada para regas e lavagens de ruas. Porquê? Porque há zonas ajardinadas da urbe que têm que ser regadas e que não têm captações próprias para o efeito”.

Findas as explicações atrás desenvolvidas, o Sr. Presidente deu por encerrado o 1º ponto da agenda.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2005

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos documentos em título, nos seguintes termos: “Este Orçamento baseia a despesa na previsão das receitas e enquanto a actual lei das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Finanças Locais vigorar o município eborense dificilmente conseguirá aumentar os proventos. Nesta conformidade, temos que ter também os encargos condicionados e gastar bem o dinheiro, propondo-se um conjunto de obras significativas, que correspondem a compromissos assumidos, numa conjuntura orçamental, em termos nacionais, que não se alterou relativamente ao ano transacto, isto é, continuamos a ter um Orçamento com 60.000.000 de euros. Garanto-vos que o próximo ano orçamental vai ter por suporte uns serviços municipais que foram reorganizados recentemente, que se traduziu na distribuição de novas competências entre os vários interventores e numa nova estrutura directiva.

Estas GOP e este Orçamento foram elaborados naquilo que são os três grandes objectivos que a CME tem em mira para dar sequência à sua interacção, que são:

1º - A qualidade de vida dos nossos cidadãos e das nossas famílias, para o qual concorrem serviços como o Departamento de Ambiente e Qualidade, a cultura, o património, as escolas, etc.;

2º - Ordenar e qualificar o nosso território, contribuindo para isso as redes de saneamento, as viárias, as de mobilidade, os espaços para acolhimento empresarial capazes de gerarem emprego, os lugares históricos e culturais capazes de originarem a projecção da cidade e a possibilidade de captar outros investimentos;

3º - Melhoria significativa na gestão dos recursos que são postos à nossa disposição, sendo preciso sermos cada vez mais rigorosos, objectivos e administrarmos com mais parcimónia os meios financeiros, exigindo cada vez mais dos recursos humanos”.

Tomou depois a palavra o Sr. António Serrano, que disse: “Eu julgo que esta A. M. se deve manifestar satisfeita pela atitude que esta Vereação está a ter neste mandato, na medida em que salvaguarda os interesses dos munícipes no futuro. De facto, folgo em verificar que o Orçamento para 2005 se mantém nos 60.000.000 de euros.

Aceitando o repto do nosso colega J. Lourido, de que o passado e a obra devem ser invocados, diria que também neste caso isso se justifica e dar-vos-ia apenas uma imagem daquilo que foi o anterior mandato: no Orçamento de 1998 inscreveram-se 29.500.000 de euros; em 1999 31.000.000 de euros; em 2000 40.000.000 de euros; em 2001 68.000.000 de euros, ou seja, um crescimento de perto de 69% face ao exercício anterior. Em termos de preços actuais, significaria que estaríamos a falar de qualquer coisa como 72.000.000 de euros. É claro que a execução orçamental de 2001 foi a mais baixa de sempre da história desta autarquia, que se fixou nos 60,5% e basta ver os relatórios desse ano e o de 2002, nos quais o responsável pela Direcção Financeira dizia que «o Orçamento de capital sistematicamente executado e apoiado em expectativas demasiado optimistas, naquilo que se refere ao Plano de Investimentos, geram uma impossibilidade técnica, porque há uma insuficiência crónica das receitas de capital».

O Orçamento para 2005 é um documento elaborado num contexto de grande imprevisibilidade e saliento só alguns aspectos que o condicionam:

- A incerteza política, com um ciclo eleitoral algo precipitado;
- Uma crise continuada e sustentada nas economias europeia e portuguesa, tanto assim que no 3º trimestre de 2004 a nossa produção caiu 1,2% face ao período anterior;
- As perspectivas para 2005 são péssimas, uma vez que se prevê mais aumento das taxas de desemprego, de inflação e de juro e isto vai colocar consequências em todas as entidades e pessoas que estejam endividadadas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- As negociações dos fundos estruturais para o próximo QCA, de 2007/2013, que vão trazer redução dos mesmos e alteração completa das prioridades, isto é, tudo aquilo que são obras vão merecer menos apoios conforme aconteceu até aqui.

Mas existe um outro problema adicional, que são as implicações que resultam da má execução financeira do actual QCA, em vários programas, devido à política que foi seguida, de restrição orçamental e de combate ao défice, o que poderá ocasionar alguma devolução de verbas e nós não sabemos que impacto real que isto vai ter em 2005 e é mais uma variável com que este Executivo pode vir a ser confrontado. Portanto, o que a Administração municipal nos propõe é a continuidade da mesma política, procurando ir diminuindo, a pouco e pouco, o desequilíbrio das finanças. Se repararem atentamente, o peso dos encargos com pessoal, no âmbito das **despesas correntes**, consegue descer de 46,4% para 43% e mantém a mesma carga de 21,6% no Orçamento total.

Existe uma diminuição dos passivos financeiros, que passam de 2.550.000 euros, em 2004, para 2.540.000 euros no próximo exercício, 3,7 vezes menos.

Este desafio que a edilidade fez de conciliar as suas reais possibilidades com as promessas expressas em campanha eleitoral, julgo que o ganhou. Eu acho estas propostas são honestas, correctas e que beneficiam todo o nosso concelho, pelo que a bancada do PS vai votá-las favoravelmente”.

Por seu turno, o Sr. Celino Silva argumentou: “A CME teve, em 2002, cerca de 32.000.000 de euros de receitas correntes e de capital e de despesas correntes e de capital perto de 45.000.000 de euros, tendo recorrido a empréstimos no valor de 13.500.000 de euros.

Em 2003, arrecadou 24.600.000 euros de receitas correntes e mais 11.600.000 de euros de receitas de capital, cujas despesas correntes e de capital foram, respectivamente, 23.500.000 euros e 17.3000.000 euros. Ora bem, os proventos nestes dois anos atingiram 68.000.000 de euros, considerando os empréstimos, e tendo em conta que a actividade do município gasta, em geral, pouco mais de 60% do que se calcula nos Orçamentos, eu penso que é muito difícil a edilidade, em 2005, auferir proventos acima dos 48.000.000 de euros. Sendo assim, estes Plano e Orçamento apresentam-nos um buraco, ou seja, qual é a expectativa de se ir buscar rendimentos que permitam realizar obras no montante de 60.000.000 de euros.

Noutro prisma, procurei ver nos documentos se haviam novidades grossas e tal não aconteceu, a não ser as coisas que vêm de trás. O que reparei foi que, nos encargos com **informação e propaganda**, a Câmara prevê 100.000 cts, quando no ano anterior tinha projectado 60.000 cts.

Depois, faz-se menção, no Orçamento, a obras ou a iniciativas promovidas pela actual administração e que já tinham sido realizadas antes pela gestão CDU, tratando-se, certamente, de um engano e eu acho que estas coisas deviam ser expurgadas do documento. Estou em pensar nos terrenos para a piscina do AMINATA, no circuito de manutenção da Mata do Escurinho, etc..

Por outro lado, fiz uma passagem pelas GOP para ver qual a concretização mais próxima dos grandes projectos herdados da pretérita gestão, sendo de considerar que esta gastou mais de 600.000 cts para avançar com a implantação do Parque de Feiras e com a expansão do PITE. Pude constatar que, no segundo caso, não se avançou, em qualquer sentido nestes anos, isto é, não se vendeu um lote, não se fez um metro de infra-estruturas, etc..

Sobre o complexo desportivo, orçamentou-se 90.000 euros para o próximo exercício e a menos que hajam algumas contrapartidas, eu creio que com esta verba pouco se fará ou nada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Continuam pendurados o Ramo Nascente, a via de cintura da cidade e o problema da BPE e eu pergunto em relação a esta Instituição: o que é que se vai fazer, nestes próximos 3 anos, com 70.000 cts?

Gostava de saber qual é o programa de ocupação do Convento dos Remédios que, tanto quanto sei, está para arrancar brevemente.

O projecto do Parque Urbano foi, lamentavelmente, abandonado, o qual foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara e seria interessante sabermos se o mesmo foi desaprovado pela actual administração.

No que toca ao Plano de Pormenor dos Leões, é um «calcanhar de Aquiles» a questão da política de solos da autarquia, porque se gastaram ali muitos milhões de contos e não se prevê a utilização daquele património enterrado. Fala-se no Pano de Pormenor, mas o que é isso? Que rentabilidade é que o município vai retirar dos investimentos que lá se efectuaram?

Com respeito à ETAR de Évora, calcula-se aqui uma pequena obra de remodelação no valor de 90.000 euros e eu creio que isto é uma infra-estrutura que será transferida para as Águas do Centro Alentejo. Sim ou não, quando e em que condições?

Por último, onde é que está incluída a construção do Salão Central nos documentos em causa”?

Posteriormente, a Sra. D. Mafalda Troncho leu um documento do seguinte teor: “O primeiro mandato da maioria socialista na CME deixa bem vincada a marca social que o distingue da gestão comunista de mais de duas décadas que a antecedeu.

Pela primeira vez um executivo camarário elaborou e implementou um «Plano de Desenvolvimento Social» para o concelho de Évora em colaboração com os diversos organismos da Administração Social e as várias Instituições e Associações Sociais do concelho. Esse Plano é, como se compreende, de fundamental importância para o futuro do concelho na vertente social e vai permitir aos decisores da Administração central e local e aos agentes sociais tomarem as medidas e iniciativas mais justas, de forma a promoverem um desenvolvimento social harmonioso, coerente e participado.

Pela primeira vez um executivo camarário elabora e concretiza, em parceria com instituições da sociedade civil, um «Plano Municipal de Combate à Toxicodependência», assumindo que este não é apenas um problema do Governo.

Pela primeira vez um executivo camarário investe seriamente na habitação social como forma de promover o direito à habitação dos casais economicamente mais débeis. A criação de uma empresa municipal, a HABÉVORA, exclusivamente com essa finalidade, é a confirmação da importância que para o actual executivo assume esta questão tão premente para tantos munícipes.

Pela primeira vez um executivo camarário lança um «Cartão Social do Múncipe Idoso», através do qual os nossos idosos mais carentes são comparticipados pela autarquia em despesas vitais, como são as despesas com a saúde, com o consumo de água e outros serviços prestados pela autarquia.

Pela primeira vez um executivo camarário elabora e concretiza, através da «Loja dos Sonhos», um projecto que permite levar a cultura, o conhecimento e as novas tecnologias às crianças, jovens e idosos nos sítios mais recônditos do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Pela primeira vez um executivo camarário concretiza um programa de requalificação de todo o parque escolar, complementado com a oferta de computadores e impressoras a todas as escolas do primeiro ciclo do concelho.

Pela primeira vez um executivo camarário dá prioridade a áreas tão sensíveis como a dos menores em risco, a do insucesso escolar e dos cidadãos portadores de deficiência. A este propósito destaco a participação empenhada da CME na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, na qual, para além do cumprimento rigoroso das suas competências, não poucas vezes teve de desempenhar competências alheias dadas as prolongadas ausências na participação de serviços da administração central, de que o CDSS de Évora é péssimo exemplo.

No combate ao insucesso escolar, não posso deixar de destacar a elaboração e concretização do projecto «Caipira», que está a ser levado a cabo, em colaboração com organismos da administração central e com Instituições Locais de Solidariedade Social, na Freguesia da Malagueira. Com este projecto pretende-se integrar jovens considerados problemáticos e respectivas famílias na comunidade, abrindo-lhes portas de oportunidade na aprendizagem e no convívio.

Os já tradicionais «Natais Solidários», através dos quais é dado às associações de deficientes particular apoio à divulgação das suas actividades e a criação de um grupo de trabalho virado para as acessibilidades, são bons exemplos da importância que o nosso município atribui ao apoio aos nossos concidadãos portadores de deficiência.

A dinamização de projectos educativos, de que o projecto de educação ambiental «Évora Amiga» é um bom exemplo, e a requalificação do núcleo museológico do Alto de S. Bento, no qual se irão continuar a desenvolver actividades complementares dos currículos escolares no âmbito do ensino experimental das ciências, são também dois bons exemplos do empenhamento da autarquia no desenvolvimento dos nossos mais jovens munícipes.

Tudo isto foi feito sem prejuízo das actividades normais da autarquia no sector sócio-educativo e também sem prejuízo das tradicionais festas e passeios para os nossos idosos, jovens e crianças. Não deixando de assinalar e comemorar os Dias, Semanas ou Meses do Idoso, da Juventude, da Família e da Pessoa com Deficiência, este executivo provou que com ele esses dias, semanas ou meses são, na prática, vividos todos os dias, com a vantagem de o ter feito de forma descentralizada, indo ao encontro das pessoas.

Olhando para o Plano de Actividades, verificámos que tudo isto vai ser continuado e reforçado no próximo ano e que a tudo isto vão acrescer outras iniciativas que merecem ser realçadas. Está neste caso o «Projecto de Sensibilização para a Cooperação Intergeracional», através do qual se pretende estimular a relação avós-netos e reforçar os laços familiares e comunitários. Está neste caso a atenção dada à necessidade de melhorar o apoio concedido nas cantinas escolares, através do investimento no seu equipamento e na criação de um complexo industrial no sector alimentar, que deverá responder com qualidade às necessidades alimentares dos nossos alunos. Está neste caso a criação de uma unidade móvel, que assegurará, em permanência, a manutenção e dinamização dos equipamentos informáticos colocados nas escolas, jardins de infância e juntas de freguesia. Está neste caso a projectada beneficiação dos jardins de infância da rede pública, bem como as previstas obras de construção no Jardim de Infância dos Canaviais e na EBI e Jardim de Infância de Baião da Cruz.

Tudo isto me permite terminar como comecei: este executivo deixa uma marca social indelével que contrasta com o que o antecedeu e responsabiliza ainda mais quem lhe vier a suceder.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Justa é uma palavra de reconhecimento a todas as pessoas que, trabalhando neste sector, contribuíram de forma decisiva para o salto qualificativo tão evidente”.

“As populações das freguesias situadas fora das áreas urbanas dos municípios são as que têm mais carências de serviços públicos e equipamentos sociais, culturais e desportivos, fundamentais e indispensáveis para a sua qualidade de vida diária, ficando elas sempre mais esquecidas na distribuição do dinheiro nos sucessivos orçamentos dos governos e de algumas câmaras municipais. Os políticos que têm passado pela Administração Central, assim que tomam posse, metem na gaveta muitas promessas que fizeram durante a campanha eleitoral, uma vez que são absorvidos com grandes projectos e esquecem-se imediatamente dos serviços e equipamentos públicos prioritários para as populações mais pobres do interior do país. O Governo, dos OGE para os municípios, ainda vai transferindo algumas verbas mais ou menos em conformidade com a sua cor político-partidária, mas para as juntas de freguesia, o mesmo, escondido atrás da incompreensível Lei das Finanças Locais, vai transferindo uma esmola miserável ano após ano. Há freguesias que, em 2005, ainda vão continuar a receber menos de 25.000 euros, sendo que no nosso caso (Junta de Canaviais) vamos ter um miserável aumento de 969 euros, o que significa que iremos auferir apenas 33.258 euros do OGE. É bom lembrar que os presidentes das j. f. que estão situadas fora das áreas urbanas dos concelhos são os políticos que melhor conhecem as necessidades existentes, que são mais solicitados pelas pessoas, que mais sofrem ano após ano e que são os mais mal pagos. Nós começamos a interrogarmo-nos: porque será que os habitantes das freguesias afastadas das áreas urbanas das autarquias é que têm que continuar a serem penalizados com a crise financeira que vivemos? Porque será que não há coragem para distribuir o valor das receitas pelos serviços e obras mais prioritários que servem diariamente as populações? Porque será que não há coragem política para que durante alguns anos se deixe de gastar milhões de euros dos orçamentos dos governos e milhares de euros dos orçamentos das câmaras com serviços e obras que não são essenciais e que servem somente para eventos temporários a alguns extractos sociais?”

A Freguesia de Canaviais tem contemplados nos documentos em análise 6 obras e serviços com uma previsão total de 504.000 euros, as quais têm aparecido sucessivamente nas GOP e nos Orçamentos de anos anteriores com importâncias diferentes. Por exemplo, a requalificação dos Canavias figurou nos documentos de 2002, 2003 e 2004 e se somarmos as quantias respectivas dá uma importância de 502.000 euros, só que tal trabalho não foi efectuado.

Neste exercício foram alargadas algumas pontes e vemos com bons olhos o facto de mais duas ou três irem receber igual tratamento no próximo ano.

Projecto do novo Jardim de Infância dos Canaviais – *É uma das obras mais necessária, que ano após ano a Junta tem vindo a chamar à atenção que existe terreno municipal para o efeito há mais de 8 anos, o qual já podia estar construído, sendo que nos últimos 3 anos houve verbas previstas para tal. Para 2005 estão calculados 45.000 euros para projecto e início da obra. Será que a dita irá ficar pronta em 2006?*

Repavimentação da estrada municipal de acesso ao Espinheiro – *Esta via teve cifras orçamentadas em 2003 e 2004, tendo já sido uma parte repavimentada. Creio que o valor que está calculado para 2005 será para arranjar o resto, entre o cemitério e o complexo turístico que está a ser edificado no Convento do Espinheiro.*

Rua da Eufusina - *Neste exercício nada foi feito e para 2005 está orçamentada uma quantia razoável, só que eu duvido que ela chegue para enterrar as infra-estruturas.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Rua do Faísco – Estão calculados 45.000 euros, mas daquilo que eu conheço, que está previsto para este projecto, acho que não é o valor indicado para a obra. Estou disposto a colaborar na organização dos trabalhos e até, se calhar, para se evitar tantas despesas.

Entroncamento da Casa do Povo de Canaviais – Finalmente, está previsto fazer-se alguma coisa no próximo ano.

Há obras importantes para a Freguesia que continuam a estar projectadas nestas GOP e no Orçamento, sendo um exemplo disso a edificação de mais uma sala de aulas na Escola do 1º Ciclo, justificando-se plenamente esta medida, porque Canaviais é uma das povoações onde mais tem crescido a população e o número de alunos que têm procurado o citado estabelecimento é cada vez maior.

O terreno municipal situado entre a Praça José Piteira e o campo de futebol foi sujeito a uma alteração urbanística em 2001 e actualizado este ano, mas eu inquiri: para quando a permuta de lotes entre os particulares e a edilidade, para que se possam lá erigir equipamentos destinados aos idosos da ARPIC, e outros, à garagem e arrecadações para a J. F., a 13 lotes para habitação social a custos controlados, reservados a jovens, à nova igreja, ao poli-desportivo descoberto e aos balneários do Grupo Desportivo dos Canaviais.

Se a Administração Municipal tivesse realizado uma reunião com a J. F. e que fundamentasse os critérios na distribuição dos proventos pelas obras e serviços mais essenciais para todo o concelho e se estes documentos revelassem esses critérios a rigor, até ponderava votá-los favoravelmente, mas vou votar contra, porque não compreendo que a CME deixe de fazer obras e serviços que a população necessita diariamente, com a desculpa de que não há dinheiro e verificar-se nos **mapas de actividades correntes** e no **Plano Plurianual de Investimentos** a existência de cálculos de despesas que não me parecem prioritárias e que servem, eventualmente, determinados objectivos eleitoralistas. Por exemplo:

- **Página 2 do Mapa das Actividades Correntes – Desenvolvimento Turístico - Évoramoda** – 100.000 euros;
- **Páginas 4, 5 e 6 – Animação e Programação Cultural** – 1.136.000 euros;
- **Página 10 – Informação e Imagem** – 550.000 euros, dos quais 200.000 para publicidade em jornais e 75.000 para acessoria de imagem e comunicação.

No **Plano Plurianual de Investimentos** - Pág. 10 – Convento dos Remédios – 1.530.000 euros.

Quanto às **Transferências para as Juntas de Freguesia (Protocolo-base)** – Pág. 14 – 810.000 euros, solicito a seguinte informação: qual é o valor a transferir para cada uma das 19 Juntas”? – proclamou e interrogou prontamente o Sr. Estevão Bicho.

Perante o desenrolar dos acontecimentos, o Sr. Presidente assinalou: “O último orador utilizou na sua intervenção o mesmo tempo que é dado ao primeiro-ministro no debate mais importante da Assembleia da República. Portanto, se continuarmos a ter este comportamento a sessão vai arrastar-se indiscriminadamente, pelo que eu, em nome da racionalidade e do bem estar de todos nós, peço, por favor, que digam com economia aquilo que têm para declarar”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Posto isto, a Sra. D. Carmen Balesteros teceu os comentários que se passam a revelar: “Como disse o meu colega E. Bicho, já estamos todos um pouco cansados da crise e da contenção e quando ouvimos falar em rigor começamos a assustarmo-nos um pouco, porque essa inflexibilidade implica sempre cortes a torto e a direito. Este Orçamento possui algumas preocupações, em termos de rigidez, mas não as tem no texto explicativo de cada um dos objectivos, dado que o Sr. Presidente da CME afirmou, na apresentação destes documentos, que foram feitas grandes obras no centro histórico, coisa que eu não tenho reparado, para além daquelas que foram uma continuidade do mandato anterior e que foram concluídas recentemente. Nesta conformidade, quando ouvimos falar em rigor, é bom que haja contenção nas palavras para tudo estar de acordo. Não pensemos que esta austeridade orçamental acontece só no município de Évora, dado que o país e a maior parte das autarquias atravessaram, ao longo do último triénio, 3 períodos consecutivos de problemas financeiros em consequência duma imposição legal.

Fiquei um pouco assustada quando o Sr. Presidente da Câmara referiu que este Orçamento baseia as despesas na previsão das receitas, sendo bom lembrar que na Informação Financeira do pretérito trimestre pudemos constatar que a execução das despesas de capital atingiu somente os 34%, podendo a situação tornar-se complicada. De qualquer modo, reconheço que este Plano de Actividades contém algumas novidade merecedoras de congratulação, nomeadamente uma ideia interessantíssima para formação de uma escola de trânsito.

Na pág. 26 faz-se alusão à colocação de Arte Pública/Escultura em vários locais da cidade, extra-muralhas, que julgo que é o retomar de uma experiência já realizada anteriormente. Não sei se os autores vão oferecer as peças para o efeito, mas quando de ouve falar em escultura os preços são, normalmente, elevadíssimos e se não há 200.000 cts para abrir o Mercado 1º de Maio, como é que se vai conseguir realizar esta iniciativa?

Sobre a aquisição de espólios, presumo que será para o Núcleo de Documentação, em virtude de não estar bem explicitado, pelo que gostaria de ser esclarecida.

Outra ideia que julgo importante é a utilização do Palácio D. Manuel, aos sábados, com o teatro infantil, não me parecendo menos engraçado as acções «**A fada palavrinha**» e «**O gigante das bibliotecas**».

Gostaria de saber o que é a «**TV de Proximidade**» e no que concerne aos «**painéis electrónicos**», acho que é uma iniciativa interessante, mas não sei o que é que se passa, porque eles aparecem na Informação da Câmara como estando a serem implantados, só que eu ainda não vi algum”.

“Eu concordo com muitas das preocupações que foram manifestadas pela bancada da CDU, relativamente a algumas obras que poderiam estar contempladas neste Plano de Actividades e que não estão, só que se isso fosse traduzido nestas duas propostas resultaria num profundo desequilíbrio orçamental. Como é que nós resolvemos isto? Só há duas formas: **Primeira** – Aumentando a receita; **Segunda** – Elaborar um Plano de Actividades e um Orçamento reais com base naquilo que existe. Aquilo que a Câmara fez foi construir propostas sérias e objectivas, baseando-as naquilo que irá, com certeza, auferir, em termos financeiros. Portanto, não valeria a pena, até porque não seria um exercício honesto, aumentar as expectativas de mais obras. A alternativa a isto seria, eventualmente, proceder-se como aconteceu no último ano do anterior mandato, em que se aumentou 60% do Orçamento em comparação com o exercício antecedente e se essa metodologia fosse aplicada hoje o documento que estamos aqui a apreciar não seria de 60.000.000 de euros mas sim de 100.000.000 de euros. Nesta conformidade, a bancada do PS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

entende que estes documentos são sérios e responsáveis, não existindo dinheiro para mais”, opinou de imediato o Sr. Bravo Nico.

Retorquindo ao apontamento do Sr. E. Bicho, o Sr. Francisco Pândega observou: “Enquanto o Sr. esteve aí a elencar as faltas da sua Freguesia eu fui consultando os documentos em discussão e constatei que muitas coisas estão previstas para a mesma, sendo que as GOP contemplam 3,6 milhões de euros para todas as freguesias rurais destinados a infra-estruturas urbanas e 2,7 milhões de euros para estradas. É bom recordar que as pessoas dos meios rurais têm, actualmente, uma vida bastante razoável, porque a maioria das infra-estruturas já estão erigidas e temos que concordar que este Executivo contribuiu fortemente para isso. Eu estou de acordo consigo no que se refere ao facto de as aldeias terem um estatuto diferente do das freguesias urbanas e isso é real porque, de uma maneira geral, as câmaras municipais estão vocacionadas para as questões urbanas, mas eu acho que isto é uma situação que vai ter uma solução com a implantação da Regionalização”.

*O Sr. Jorge Lourido declarou seguidamente: “A CDU partilha das preocupações de rigor, de não se gastar mais do que se tem e de que qualquer Orçamento não deverá conter uma natureza eleitoralista, mas eu chamo a atenção para dois valores que nos surgem no Mapa de Actividades Correntes que desmentem, de alguma forma, essa opção que aqui foi focada: **Festas Populares/Feira de S. João** – Em 2004 havia 750.000 euros destinados às ditas e em 2005 haverá 1.189.000 euros, representando um aumento de cerca de 60%; **Informação e Imagem** – Para o exercício corrente calculou-se uma quantia na ordem dos 337.000 euros e para o próximo ano estão projectados 455.000 euros, significando uma subida de 40%. A questão de o numerário ser pouco é uma verdade, agora há que fazer opções, em termos do seu investimento, havendo um conjunto vastíssimo de objectivos estruturantes para a cidade e para o concelho que não vêm contemplados neste Orçamento e é nesse sentido que a bancada da CDU irá votar desfavoravelmente”.*

Regressando à utilização da palavra, o Sr. Celino Silva afirmou: “Há bocado esqueci-me de fazer alusão a uma verba relacionada com o novo equipamento alugado pela edilidade para transferir para lá o pessoal e as infra-estruturas do PIC, crendo eu que a mesma está a incorrer, se os dados que disponho são correctos, numa má gestão, porque vai gastar uns milhares de contos por mês em vez de fazer uma coisa de raiz que fica na sua posse.

Por outro lado, a actual Vereação não pode «embandeirar em arco» com o tema da habitação social, porque o que ela fez nesta área não foi mais do que um programa de 52 fogos, que só avançaram em 2002 com o apoio do Governo PS na altura, os quais foram planeados pela anterior Administração Municipal.

Para acabar, foi dito que «nós não podemos lançar no Orçamento obras e mais obras, porque as receitas não dão para mais...». Eu não disse nada disso! O que eu declarei foi que as receitas previsíveis não cobrem as despesas, visto que a capacidade de realização da Câmara tem rondado, nos últimos anos, os 60/66%”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Falou depois o Sr. José Piteira, asseverando: *“No que toca às casas mortuárias, vem aqui uma rubrica de 180.000 euros, sabendo eu que está aprovado pela Câmara um projecto para N.ª Sra. de Machede de 170.000 euros, tratando-se, supostamente, de um lapso.*

Figura também neste documento a beneficiação do caminho 526, entre a Estação e N.ª de Machede, pelo que eu pergunto se se prevê um trabalho idêntico ao da estrada de Torre de Coelheiros”?

Dispondo-se a responder às interpelações formuladas, o Sr. Presidente da CME esclareceu: *“No que se reporta ao Parque de Feiras, a Vereação anterior deixou-nos um terreno (da Barba Rala) destinado não só a esse fim, mas também à expansão do PITE, sendo que o nosso projecto não cabe naquele espaço, assim como o volume de pedidos de lotes para localizar empresas não é compatível com aquilo que estava previsto. Se fôssemos executar o projecto naquele sítio o que é que acontecia? Comprometíamos claramente, por um lado, o Parque de Feiras e Exposições que nós pretendemos implementar e, por outro, não ficaríamos com terrenos disponíveis para as necessidades do desenvolvimento industrial. Então qual foi a opção deste Executivo? Foi tudo aquilo ficar para alargamento do PITE e deslocar o Parque de Feiras para outra propriedade com uma área de 45 ha. Faço notar que nós estamos a trabalhar para a promoção do bem estar e do desenvolvimento do município e precisamos, para tanto, de terrenos para a indústria, para expandir a habitação nas freguesias rurais e para equipamentos. Por exemplo, compete à Câmara Municipal definir, em termos de PDM, a localização para o novo hospital distrital e o anterior Executivo tinha destinado uma determinada zona para o efeito, cuja área era de 7 ha, precisando um estabelecimento do género, só para estacionamento, quase isso, tendo Ministério da Saúde do Governo de Durão Barroso escolhido outro espaço. Nós sugerimos que o hospital fosse construído nos Canaviais, num terreno com 37 ha, o que estruturaria a Freguesia com novas acessibilidades e com outros equipamentos. A Administração Central recusou e preferiu a Herdade da Serralheira, cuja opção vai originar que seja preciso erigir infra-estruturas só par o hospital, sem que a cidade tire proveito delas, contrariamente ao que sucederia nos Canaviais.*

Sobre o suposto abandono do projecto do Parque Urbano, tal não corresponde á realidade, porque o mesmo estava planeado para ser implantado nas hortas situadas em frente à Escola Severim de Faria, as quais vão continuar com tal. Então onde é que se prevê edificar o aludido Parque? Está projectado, na proposta do PDM, recuperar toda a zona envolvente ao Rio Xarrama, particularmente a que está contida na Freguesia da Sra. da Saúde, ficando convenientemente arranjada para o efeito.

Quanto ao assunto das verbas que nós temos para equipamentos e a demagogia dos números, eu vou só ler-vos uma parte do Orçamento para 2001:

- Salão Central Eborense – 100.000 cts;
- Armazéns da Palmeira – 100.000 cts;
- Museu do Celeiro – 150.000 cts;
- PIC/PITE – 100.000 cts.

Só aqui estão 450.000 cts, dos quais se gastou zero. É isto que nós não queremos, ou seja, pôr aqui milhões de contos é fácil, mas o difícil é executá-los.

Com respeito ao Salão Central Eborense, em 1997 a Administração Municipal de então encomendou, a arquitectos da casa, um projecto para a sua recuperação, tendo eles demorado algum tempo a arrancar com o trabalho, o qual só foi concluído em 2003, prevendo-se nele uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

sala com duzentos e tal lugares e uma outra mais pequena com 68 cadeiras, salvo erro. Pediu-se um orçamento a um técnico conceituado, que labora normalmente com o Arq.º Siza Vieira, e, sem contar com as especialidades todas, nomeadamente a acústica, o homem apurou que o projecto custaria 1.200.000 cts. Face a isto, eu questiono se valerá a pena criar um espaço público, que vai movimentar cerca de 400 pessoas e onde não existe estacionamento. O problema terá que ser resolvido, provavelmente no próximo mandato, significando isto que teremos que encontrar uma utilização para o Salão Central e, ao mesmo tempo, tentarmos construir um equipamento cultural nas imediações da urbe.

Acerca da intervenção do Sr. E. Bicho, infelizmente ainda não iremos fazer o Jardim de Infância no próximo exercício. E porquê? Como sabem, este tipo de estabelecimentos são da responsabilidade das câmaras municipais, embora participados por organismos superiores, particularmente por fundos comunitários. E quanto é que é dado para cada sala de aula nova? 40.000 euros! E quanto é que custa uma sala de aula? 200.000 euros! Como o Sr. Presidente disse, e muito bem, Canaviais é das comunidades que mais tem aumentado, sendo que nós fizemos benefícios na escola mas isso não chega, pelo que será preciso erigir um novo Jardim de Infância e não construir uma sala de aula, porque a Freguesia vai continuar a crescer.

Já não estou de acordo consigo quando põe em causa o investimento na cultura e na promoção turística da cidade, como é o caso do Évora Moda. Eu acho, e os comerciantes também, que têm sido boas iniciativas para apostar no desenvolvimento do centro histórico, com capacidade para serem mediatizadas. É preciso utilizar a zona intra-muros para promover a urbe e, para tanto, aí está a moda, independentemente de se gostar ou não dela.

No que toca ao apontamento da Sra. D. Carmen Balesteros, asseguro-lhe que as obras começadas no mandato anterior foram todas acabadas, tais como: as circulares, o Évoracom, a recuperação do Mercado 1º de Maio, o Pólis, etc.

No que concerne ao facto de a Sra. não ver obras novas no centro histórico, recordo-lhe só estas: arranjou-se a Rua Elias Garcia, o Largo Luís de Camões, as Alcárcovas de Baixo e de Cima, a Rua 5 de Outubro, a Rua Nova e a Praça de Sertório, tendo sido substituídas infra-estruturas, as redes de esgotos e de águas, para além de se estar a instalar mais 1000 lanternas na cidade.

O Sr. Celino falou no tema do PIC e na construção duma infra-estrutura de raiz. Bom, a CME era detentora dum enorme espaço (2,7 ha) que não estava loteado, que eu suponho que era uma área de reserva para se edificar um equipamento nesse sentido, mas o que é certo é que não estava qualquer obra feita. Este Executivo estava a ser pressionado todos os dias pela empresa «**LAS – Louro Aeronáutica Service**» para se instalar em Évora e nós não tínhamos terreno para ela e, então, deliberámos lotear o espaço em apreço, a fim de possibilitarmos condições para a acolher, a qual vai criar, inicialmente, 50 postos de trabalho. Lembro que a decisão para se vender o PIC pertenceu à CDU, sendo que com esta transação conseguimos arranjar uma receita significativa, indo uma parte dela ser aplicada em infra-estruturas no nosso concelho, para além de termos criado condições para acolher mais 3 ou 4 empresa naquele espaço. Pensamos que isto é uma boa gestão.

No que se refere aos 1.189.000 euros que estão orçamentados para a Feira de S. João, trata-se da despesa que se prevê para 2005 mais um resto da despesa de 2004, que ainda estamos a liquidar, e se não fosse assim não poderíamos depois pagar.

Por último, faço saber que estão previstas 2 casas mortuárias, uma na Vendinha e outra em N.ª Sra. de Machede, e pensamos que o valor orçamentado chega para as construir. Porquê? Porque o mesmo vai ser reforçado com outras quantias que estão no Orçamento e que não têm condições para serem executadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em relação às estradas, por aquilo que me foi dito, é capaz de ser uma intervenção do mesmo género da de Torre de Coelheiros, indo ela ser toda reparada com uma camada de massas betuminosas a frio, para ficar em boas condições para a circulação automóvel”.

Findas as elucidações atrás descritas, o Sr. Presidente colocou as **Grandes Opções do Plano para 2005** à votação, tendo elas sido aprovadas por maioria, com vinte e dois votos a favor (vinte e um do PS e um da CDU), dez votos contra (oito da CDU e dois do PSD) e duas abstenções da CDU.

Seguiu-se a votação do **Orçamento para 2005**, cujo documento obteve o mesmo resultado.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA C.M.E. REFERENTE AO CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE 20 FOGOS NA PRAÇA DAS CORONHEIRAS

A Sra. Vereadora Fernanda Ramos explicitou que se tratava de um terceiro contrato, à semelhança dos dois anteriores que a Assembleia já aprovara, alusivo à venda dos últimos 20 fogos das Coronheiras, os quais foram habitados no dia 29 de Julho, que tinha a ver com o processo de aquisição dos mesmos ao INH, quando a Câmara Municipal tiver condições financeiras para o efeito.

Constatando não existirem eleitos interessados em analisar o 3º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente pô-lo à votação, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA C.M.E. QUE TEM POR OBJECTO A VENDA À HABÉVORA – GESTÃO HABITACIONAL, E. M., DE UM CONJUNTO DE BENS IMÓVEIS, PELO VALOR DE 9.370.362,84 EUROS, E A TRANSFERÊNCIA PARA ESTA EMPRESA DE SUPRIMENTOS NO MONTANTE DE IGUAL VALOR

A Sra. Vereadora Fernanda Ramos proferiu: “*Como sabem, constituiu-se como capital social da Habévora, EM, uma parte do património que foi avaliado, só que dessa parte que está registada nem todos os fogos são aqueles que os inquilinos pretendem comprar, sendo agora preciso fazer esta engenharia financeira, no sentido de a Câmara e a A. M. decidirem vender à dita os fogos e depois assumir esse mesmo montante como suprimentos da própria empresa”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Jorge Lourido enunciou: *“Não conhecendo, de forma aprofundada, esta situação, creio que a operação que está aqui relatada irá ter alguns custos fiscais para o município, tendo sido neste sentido que os Vereadores da CDU propuseram que houvesse um debate mais minucioso, para se tentar encontrar caminhos que fossem mais favoráveis para a autarquia. É nesse contexto que nós iremos abster-nos na votação deste ponto”*.

Não querendo mais alguém intervir na discussão do 4º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente colocou-o à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (dezanove do PS, um do PSD e um da CDU) e dez abstenções da CDU.

PONTO 5 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA C.M.E. PARA CRIAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA «ÉVORA VIVA», SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA

O Sr. Presidente da CME clarificou que se propunha a formação da empresa pública municipal **Évora Viva, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana**, bem como a aprovação dos respectivos estatutos, não deixando de vincar que com a publicação do Decreto-lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, foi criado o regime jurídico excepcional de reabilitação urbana de zona históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbana.

“Com este diploma, o legislador concedeu aos municípios a possibilidade de constituírem empresas municipais, denominadas sociedades de reabilitação urbana, às quais são atribuídas poderes de autoridade e de política administrativa, como os de expropriação e de licenciamento.

Considerando que o centro histórico de Évora carece de um projecto de reabilitação que se traduza numa profunda intervenção de sentido estruturante, que proporcione uma melhoria da qualidade de vida da população residente e que possibilite a reocupação residencial e uma maior vivificação e dinamização das actividades instaladas, entendemos apresentar à Assembleia Municipal esta proposta”, concluiu.

Depois, o Sr. Luís Pasadas leu um documento do seguinte teor: “O Decreto-lei n.º 104/2004 foi criado na tentativa séria de inverter a situação pouco edificante que ressaltou da degradação das condições de habitabilidade, de salubridade e de segurança de parte substancial das áreas urbanas do país, pressupondo a intervenção dos poderes públicos. A reabilitação urbana de zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, através do preceituado no supra referido decreto-lei, permite aos municípios a criação de empresas municipais de reabilitação nos campos atrás definidos, nas quais detenham a totalidade do capital social. Neste contexto, as Freguesias do centro histórico de Évora (S.to Antão, Sé e S. Pedro e S. Mamede) vêm com bastante agrado e congratulam-se com a recente aprovação do projecto **Évora Viva, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana**, que mais não é do que uma autêntica pedrada no charco do imobilismo, da incúria e do «deixa andar». Está, pois, de parabéns a CME e o seu Executivo por mais um acto de coragem e de clarividência, já que, a partir deste momento, à sociedade atrás anunciada são agora atribuídas responsabilidades e poderes de autoridade e de polícia administrativa, como os de expropriação e de licenciamento, desideratos desde há muito requeridos não só pelos cidadãos das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

áreas já referidas, mas igualmente por todos aqueles que defendem e lutam por conferir uma melhor qualidade de vida aos eborenses e a possibilidade de se dinamizarem, com equilíbrio, perspectivas de modernidade todas as actividades económicas e outras instaladas. Mais referimos que, com a leitura atenta e descomprometida dos estatutos desta sociedade, não nos restam quaisquer dúvidas, nomeadamente sobre o objectivo social e as competências desta organização, os seus poderes de superintendência e formas de gestão e não há qualquer intromissão ou esvaziamento, no que concerne às competências dos órgãos autárquicos, no que diz respeito a obras a executar nas zonas de intervenção. Nesta conformidade, as Freguesias do centro histórico de Évora depositam as maiores expectativas e esperanças nesta sociedade, na certeza da sua mais valia na resolução de situações que já se arrastam há demasiado tempo e cuja resolução urge”.

*“Em princípio, não somos contra a fundação de empresas de carácter municipal, em que a Câmara tenha a maioria do capital. No entanto, e apesar de ter lido com alguma atenção os documentos justificativos para a formação desta **Évora Viva**, julgo que ficou claro que não vai haver grandes encargos para a autarquia, em termos de equipamentos e de edifício. O que não me parece tão evidente é a questão do esvaziamento de algumas competências e de alguns trabalhos que são feitos pelos funcionários da edilidade, ao nível do centro histórico. Sobre esta matéria, eu pergunto: os arquitectos e os engenheiros que prestam serviços no aludido departamento, ou noutros similares, vão transitar para esta empresa ou a mesma vai contratar pessoal do exterior?”- disse e inquiriu posteriormente a Sra. D. Carmen Balesteros.*

Face ao exposto, o Sr. Presidente da CME começou por agradecer as palavras proferidas pelo Sr. L. Pasadas, tendo explicado seguidamente: *“A empresa não prevê a contratação de funcionários externos, até porque todo este processo da SRU foi elaborado no Departamento do Centro Histórico. Para além disto, quero frisar que a Câmara eborense candidatou-se, em Junho de 2003, à criação de um Gabinete Técnico Local, o qual foi aprovado recentemente pelo actual Sr. Ministro das Cidades, para tratar exclusivamente da recuperação intra-muros, indo-se celebrar um contrato-programa nesse sentido, o que vai permitir contratar técnicos de vária natureza para trabalharem durante um período de tempo limitado”.*

De imediato, o Sr. Celino Silva argumentou: *“Há aqui aspectos em que a Câmara possui atribuições de superintendência sobre esta sociedade, que são matérias da competência da Assembleia Municipal, nomeadamente aquelas que são mencionadas na alínea e) do art.º 16º: «Aprovar preços e tarifas...». Assim, solicito que me informem acerca desta questão”.*

“Como o Sr. deputado sabe, há documentos do SITEE, do EME, do NIA, etc., que têm que vir a esta A. M. e desta também. Tudo isto foi feito por juristas, que não levantaram esses problemas, no pressuposto de que tudo aquilo que for da competência dos órgãos municipais será levado à consideração dos mesmos”, esclareceu prontamente o Sr. Dr. José Ernesto.

Em virtude de mais ninguém ter pedido para usar da palavra, o Sr. Presidente pôs à votação o 5º ponto da agenda, tendo ele sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor (vinte e dois do PS e três da CDU) e sete abstenções (seis da CDU e uma do PSD).



PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE UMA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS, TARIFAS E PREÇOS

O Sr. Presidente da CME clarificou que se propunha a inclusão, no n.º 1 do artigo 76º, o seguinte: **Escalão 2 – remoção de resíduos provenientes da actividade comercial, industrial e serviços – 0,40 euros/m³ de água consumida (até ao limite de 70 euros/mês)**. Adiante referiu que este limite mensal não ficou, por lapso, mencionado na Tabela, à semelhança do que foi definido para as «juntas de freguesia, associações culturais e desportivas e instituições de beneficência, de educação e de ensino e as colectividades de interesse público».

Não querendo qualquer dos eleitos pronunciar-se acerca do 6º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente colocou-o à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

PONTO 7 – DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ÉVORA, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO ART.º 5º DA LEI N.º 33/98, DE 18 DE JULHO

O Sr. Presidente recordou que cabia à bancada do PS sugerir à Assembleia um cidadão de reconhecida idoneidade para substituir o malgrado Cónego Filipe de Figueiredo, que deixou o seu lugar vago no Conselho Municipal de Segurança de Évora devido ao seu perecimento.

O Sr. João Lázaro noticiou que o nome que o PS tinha para propor era o do Sr. **Cónego Manuel Barros**, não deixando de relevar uma parte do seu currículo:

- Professor do ensino secundário;
- Pároco de S. Brás;
- Um vasto trabalho na área social, em particular na integração social das minorias étnicas.

Como ninguém desejou falar, o Sr. Presidente lembrou que se tinha que proceder à votação através de escrutínio secreto, devendo cada membro colocar no respectivo boletim um **S** (de sim), ou um **N** (de não) ou deixar o papel em branco.

Feita a triagem dos impressos, verificou-se o seguinte resultado: vinte e sete votos a favor e três votos em branco. Nesta conformidade, o Sr. **Cónego Manuel da Silva Barros** irá integrar o Conselho em título.



APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário aprovou em minuta e por unanimidade os pontos **2, 3, 4, 5, 6 e 7** da ordem de trabalhos da presente acta, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Transitou-se de imediato ao período reservado à assistência, tendo-se registado a intervenção da munícipe **Filomena Araújo**, que afirmou: *“Eu venho expressar, em meu nome e no da minha família, o nosso reconhecimento à cidade de Évora, nomeadamente à Câmara, ao Governo Civil e a todas as instituições que colaboraram no evento (**Dia da Memória – em homenagem às vítimas dos acidentes rodoviários**) que esta urbe soube acolher, podendo ter sido um pequeno contributo para lembrar que o Poder Local tem uma função extremamente importante não só em homenagear os seus naturais, mas também para recordar que é preciso criar uma cultura de segurança no nosso país. Não podia deixar passar este ano sem dizer à Assembleia Municipal de Évora que o meu querido filho nasceu nesta cidade e foi aqui que aprendeu a ser cidadão e que participou, inclusive, nas eleições para este Órgão Autárquico, ocupando uma das mesas de voto”*.

O Sr. Presidente retorquiu: *“Sensibiliza-nos profundamente o seu gesto e esperamos que esta iniciativa tenha continuidade e que, sobretudo, tenha consequências. Deste ponto de vista, poderá a organização em que está empenhada continuar a contar com a A. M. e com todos os seus membros no prosseguimento de objectivos tão elevados que nos motivam a todos”*.

Logo após, interveio o munícipe **Casimiro Amado**, declarando: *“Eu não venho aqui para comentar o Orçamento e o Plano, dado que no nosso concelho os cidadãos não são chamados a participarem e a estudarem o assunto, até porque os documentos ainda não estão disponíveis na Internet, mas sim para sugerir que estas reuniões sejam anunciadas através da factura da água, as quais são divulgadas na comunicação social e a gente nem sempre lê o jornal do dia e quando o faz já passou*.

Eu já tomei posição em duas reuniões públicas da Câmara acerca da Tabela de Taxas e Tarifas, na parte que diz respeito à Água, Saneamento e Remoção de Resíduos Sólidos, na medida em que não concordo com a aplicação dos seus escalões, sendo que já existem municípios que avançaram no sentido de encontrarem tabelas mais inteligentes, como, por exemplo, Sintra, Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Portimão, etc.. Esta última alteração agrava os problemas que já existiam anteriormente, a tal ponto que se torna escandaloso. Eu disse numa das reuniões que a excelência também se faz de justiça, havendo formas de calcular e de se proceder com mais rigor. Na carta enviada pelo Sr. Presidente da Câmara a todas as residências pode ler-se: «O consumo de água é o padrão que se utiliza para calcular as taxas de saneamento e resíduos sólidos, partindo do princípio de quem mais água gasta é também quem mais lixo e esgoto produz. Tivemos em atenção, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

primeiro lugar, os consumidores de mais baixos recursos, pelo que os do 1º escalão, até 10m³ em dois meses, tiveram uma subida máxima de 20 cêntimos, não tiveram aumento da taxa de saneamento e ficaram isentos de qualquer taxa de resíduos. É bom realçar que para um total de 22.900 consumidores 15.800, cerca de 60%, situam o seu consumo mensal dentro dos 3 primeiros escalões, até 22 m³ em 2 meses, e tiveram um aumento na factura que variou entre um mínimo de 0,8 cêntimos e um máximo de 7,5 euros». Deduz-se daqui que 70 % dos contadores, que gastaram no máximo 11 m³/mês, tiveram um comportamento aceitável. O que acontece é que as estatísticas dizem-nos que nas 20.954 famílias clássicas, para um total de 55.662 habitantes, a distribuição é a seguinte:

- 20% (4.229 agregados) têm uma pessoa;
- 29% (6.159 agregados) têm duas pessoas;
- 24% (5.143 agregados) têm três pessoas.

Nós já temos aqui 74% das famílias compostas por até 3 pessoas e não há mérito algum em os mesmos gastarem 3,6 m³/mês. Hoje em dia existem formas de fazer com que os restantes 26% não sejam penalizadas como estão a ser, sendo que, do meu ponto de vista, a Assembleia deve voltar a tratar desta matéria, uma vez que as famílias mais numerosas, cerca de 4000) pagam 7 euros a mais, mensalmente”.

“Agradeço que entregue os seus papéis na Mesa, para nós os fazermos chegar a cada uma das bancadas.

Eu tive alguma dificuldade em perceber a sua ideia. O Sr. acha que são penalizados excessivamente os pequenos ou os grandes agregados”? – observou e interrogou posteriormente o Sr. Presidente.

Então, o Sr. Casimiro Amado acrescentou: “O que se considera aqui normal é que 74% da famílias, formadas por até 3 pessoas, tiveram um aumento 7,5 euros, sendo normal que elas consumam 3,6 m³/mês, ou seja, a tabela está feita no sentido de não as penalizar, mas todas as outras, as famílias compostas por 4 ou mais indivíduos, são altamente castigadas. Exemplificando, cada pessoa de um agregado de 4, deveria pagar, pelo escalão normal, 6 euros mensalmente e liquida 24 euros. Somando tudo, estes 4.000 agregados familiares de 4 pessoas liquidam a mais, por mês, 29.000 euros.

Na parte dos resíduos, curiosamente, esta tabela não é muito imperfeita, a não ser no facto de excluir 20% das pessoas do seu pagamento. Elas não depositam lixo? Não pagam só porque gastam menos de 5 m³? Quem diz que elas pertencem, necessariamente, a famílias mais carentes”?

Sobre este assunto, o Sr. Presidente da CME referiu: “Este Executivo continua perfeitamente disponível para recolher e acolher todas as propostas que visem, sem prejudicar o objectivo que nos move, que é, claramente, a inevitabilidade de que as receitas sustentem minimamente as despesas que temos, melhorar o sistema. É bom que se saiba que estamos a estudar fórmulas para compensar as famílias numerosas, e que, os baixos consumidores são, na sua maioria, casais de reformados com fraquíssimos rendimentos, sendo por isso que ficaram isentos. Foi neste universo de situações particulares que se identificaram algumas que nós quisemos privilegiar, os clientes mais pobres,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

não só porque têm uma atitude cultural mais séria, mas também porque correspondem, na maioria, a casais jovens ou de reformados.

Quanto aos outros, tem-se confirmado que quem mais gasta água é quem mais lixo produz, embora possam existir excepções. No entanto, estes casos também irão ser estudados e vamos tentar encontrar a fórmula, em colaboração com as juntas de freguesia, para solucionar o problema”.

“Eu quero agradecer, em nome da Assembleia, a sua participação (do Sr. C. Amado) e dizer-lhe que, do ponto de vista prático, este Órgão delibera sobre propostas concretas da edilidade ou, em alternativa, pode fazer propostas de recomendação à mesma, em sentido genérico. Portanto, creio que apreendemos o sentido das suas preocupações. Se tiver a amabilidade de fazer chegar o documento à Mesa, eu, enquanto Presidente da Assembleia, terei o gosto de o distribuir pelas diversas bancadas e aguardarei que alguma delas tome as iniciativas que entender acerca da questão”, rematou o Sr. Dr. Capoulas Santos.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente terminou a sessão pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 30/04/05, por maioria com 27 votos a favor e 5 abstenções)